



ACÓRDÃO Nº400/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12484/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias - SPA Joventina Dias.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Elcinei de Lima Sampaio (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Mauricio Lima Seixas - OAB/AM 7881.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1724/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias - SPA Joventina Dias. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Prazo. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, gestora e ordenadora do Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias – SPA Joventina Dias, nos termos do art. do art. 22, inciso II, da LO-TCE/AM, em virtude das irregularidades que permaneceram não sanadas e que ensejaram a aplicação de multa.

10.2. Aplicar multa à Sra. Elcinei de Lima Sampaio, Diretora do Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias – SPA Joventina Dias, no valor de **R\$3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com fulcro no artigo 54, inciso VII, da LO-TCE/AM c/c artigo 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002 – RI-TCE/AM, pelas irregularidades referentes ao fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade menos rigorosa de contratação; à falta de designação formal de servidor para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos; e pela não utilização do procedimento contábil de Depreciação no Balanço Patrimonial; todas constantes na Notificação nº 307/2020 – DICAD. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na



ACÓRDÃO Nº400/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Dar ciência deste *Decisum* à **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, Diretora do Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias – SPA Joventina Dias, exercício 2019, através de seus advogados constituídos nos autos.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral